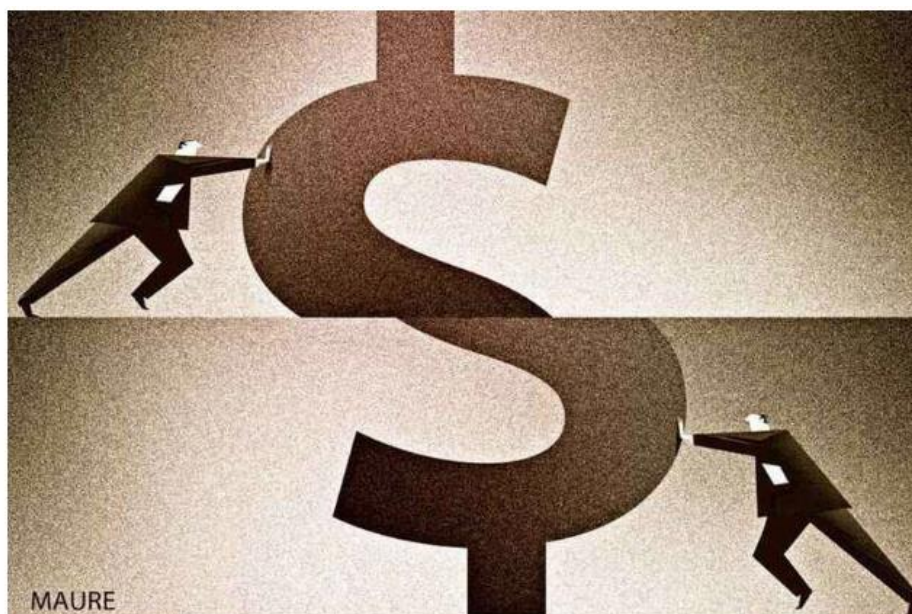


# Previdência melhorará economia, mas efeito no crescimento não será imediato

*Aprovação da reforma deve incentivar a recuperação do crescimento, mas há risco de a redução das despesas não ser a esperada*

por Rosana Hessel - postado em 11/07/2019 06:00



(foto: Maurenilson Freire/CB/D.A Press)

A aprovação da reforma da Previdência pode dar um novo impulso à combalida economia. O impacto não será imediato na recuperação do crescimento, porém, vai ajudar na retomada da confiança se a redução das despesas for realmente robusta. Mas, apesar da ampla margem da vitória do governo na votação, a economia efetiva com as mudanças das regras no sistema de aposentadorias pode ficar abaixo do inicialmente previsto e até mesmo próxima à da proposta do então presidente Michel Temer. Pelas contas de analistas da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, o impacto fiscal apenas no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), dos trabalhadores do setor privado, e do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), dos servidores civis, será de R\$ 744 bilhões.

Esse valor é inferior à economia prevista pelo relator da PEC da Previdência, o deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), de R\$ 824 bilhões apenas nessas duas rubricas. O dado que consta no relatório aprovado na Comissão Especial considera uma economia de R\$ 688 bilhões, para o RGPS, e de R\$ 136 bilhões, para o RPPS. Com isso, há uma diferença contábil de 9,7% em relação aos R\$ 744 bilhões estimados pela IFI, que é otimista.

Nas contas da entidade, são considerados os dados do substitutivo à proposta de emenda à Constituição (PEC), apresentado em 13 de junho, que previa economia de R\$ 987 bilhões nesses dois regimes. Logo, há uma diferença de R\$ 163 bilhões que ainda não entrou na conta e que, quando for considerada, provocará um risco de o impacto final da reforma apenas no RGPS e no RPPS ficar abaixo de R\$ 700 bilhões.

De acordo com as notas técnicas dos economistas Alessandro Ribeiro de Carvalho Casalecchi, Rodrigo Octávio Orair e Pedro Henrique Oliveira de Souza, no caso do RGPS, seria de R\$ 567,4 bilhões, ou seja, uma redução de 17,5% em relação aos R\$ 688 bilhões estimados no texto-base aprovado na Comissão Especial.

No RPPS, dos servidores públicos civis, a redução de despesa em 10 anos, por exemplo, seria de R\$ 66,8 bilhões. A PEC original, enviada pelo Executivo, previa economia de R\$ 155,4 bilhões em 10 anos. Já o substitutivo de 13 de junho, de R\$ 120,6 bilhões. “Quanto às modificações posteriores ao substitutivo de junho, ainda não fizemos os cálculos, porque é preciso realizar novas simulações a cada mudança nas regras”, explicou Alessandro Ribeiro. Ele contou que os cenários considerados foram as regras atuais vigentes, a PEC no formato original e o substitutivo, que não mudaram as medidas propostas na reforma para os servidores civis da União.

O texto-base, aprovado nesta quarta-feira (10/7) por 379 deputados, possui ao menos 16 destaques e emendas aglutinativas que ainda precisarão ser votados. Uma delas, do Podemos, prevê afrouxamento das regras para policiais, e, se for aprovada, a tendência é de frustração na robustez da economia da reforma.

O **economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini**, demonstrou preocupação com a discrepância entre os dados do impacto fiscal do governo e dos apontados pela IFI, que tem uma equipe de economistas respeitada pelo mercado e não costuma errar nos números. “Ainda é cedo para sabermos exatamente qual será a verdadeira economia da reforma. Mas, se ela ficar abaixo de R\$ 700 bilhões, será decepcionante. Se isso acontecer realmente, a reforma ficará parecendo um puxadinho que não será muito bem-aceito pelo mercado”, alertou. “O governo vai ter de trabalhar com mais força em outras fontes de receitas para melhorar o fiscal, como concessões. Além disso, terá de se esforçar muito para reduzir despesas e adotar mais medidas de controle de gastos.” Para ele, a aprovação do Pacto Federativo e uma nova discussão de reforma da Previdência dos estados e dos municípios seriam favoráveis para melhorar o impacto nas contas públicas.